

Entidades do Estado de SP divergem sobre resposta ao novo tarifaço dos Estados Unidos

Faesp cobra ação diplomática do governo; Fiesp defende estratégia e cautela nas negociações

GABRIEL RODRIGUES/FIESP



Reunião do Coscex discute sobretaxas dos EUA ao Brasil

Da Redação

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) reagiram ao novo pacote tarifário anunciado pelo governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. As duas entidades defenderam a ampliação das negociações diplomáticas para reduzir os impactos da medida, mas apresentaram avaliações distintas sobre a condução da política comercial brasileira e sobre as estratégias para enfrentamento.

Em nota, a Faesp classificou como unilateral e arbitrária a decisão do governo norte-americano de impor uma sobretaxa adicional de 12,5% sobre parte das exportações brasileiras. Com isso, setores que antes estavam fora da sobretaxa de 25% passam a ser tributados em 12,5%, enquanto outros produtos chegam a uma carga total de 37,5%.

A entidade afirmou que o agronegócio brasileiro opera sob padrões de conformidade e de sustentabilidade e contestou qualquer associação do setor à prática de trabalho

forçado. Segundo a federação, a medida dos Estados Unidos não encontra respaldo na realidade do campo brasileiro.

A Faesp também criticou a atuação do governo federal ao longo das negociações com os norte-americanos. Na avaliação da entidade, a questão não recebeu a atenção necessária desde o início, o que teria contribuído para o agravamento do cenário. A federação afirmou ainda que a ampliação da lista de produtos poupados das tarifas foi resultado da atuação direta de representantes do setor produtivo

junto a parceiros comerciais internacionais, e não de ações conduzidas pelo Executivo.

Outro ponto destacado pela entidade foi a necessidade de fortalecer a diplomacia comercial brasileira. A Faesp defendeu uma atuação mais rápida e estratégica para preservar mercados internacionais e ampliar a competitividade dos produtos nacionais. Também citou barreiras impostas por outros países, como a sobretaxa aplicada pela China à carne bovina brasileira, e afirmou que esses desafios exigem respostas diplomáticas coordenadas. Apesar

das críticas, a federação avaliou que este não é o momento para a adoção da Lei de Reciprocidade Econômica contra os EUA.

Já a Fiesp concentrou sua manifestação nos impactos econômicos da nova política tarifária e nas perspectivas de negociação. Durante reunião do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscex), o presidente do colegiado, embaixador Roberto Azevêdo, apresentou um balanço das articulações realizadas em Washington e afirmou que a atuação conjunta do setor produtivo brasileiro foi determinante para ampliar a lista de produtos isentos das novas tarifas impostas.

Segundo Azevêdo, a decisão definitiva do governo dos Estados Unidos torna mais difícil a inclusão de novos itens nas exceções, uma vez que não há mecanismos periódicos de revisão das tarifas. Ele também defendeu cautela diante de eventuais medidas de reciprocidade por parte do Brasil, argumentando que respostas de caráter simbólico podem provocar novas retaliações e ampliar os prejuízos para a economia brasileira.

O encontro contou ainda com a participação do secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Philip Fox-Drummond Gough, que apresentou aos integrantes do conselho a posição da diplomacia brasileira durante o processo de investigação conduzido pelos EUA.

Arsesp debate padrão de atendimento em parques

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP

Da Redação

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) abriu consulta pública para receber contribuições sobre uma proposta de regulamentação voltada à padronização do atendimento aos usuários de serviços públicos concedidos e fiscalizados pela autarquia. As manifestações poderão ser enviadas até 21 de agosto.

A iniciativa abrange contratos de concessão de diferentes áreas sob fiscalização da agência, incluindo parques estaduais, hospitais, escolas, centros de exposições, loterias e outros serviços públicos. Segundo a Arsesp, o objetivo é estabelecer di-

retrizes comuns para o atendimento ao cidadão, promovendo maior uniformidade nos procedimentos adotados pelas concessionárias e fortalecendo os canais de relacionamento com os usuários.

A proposta prevê orientações para a atuação das ouvidorias responsáveis pelo recebimento, registro e tratamento de reclamações, sugestões, denúncias, solicitações e elogios encaminhados pela população. A expectativa é que a regulamentação contribua para ampliar a transparência, a rastreabilidade das demandas e a qualidade das respostas oferecidas aos usuários dos serviços.

De acordo com a agência, a consulta pública é aberta à

participação de pessoas físicas e jurídicas interessadas no tema. Para encaminhar contribuições, os participantes devem preencher o formulário disponibilizado pela Arsesp e enviá-lo por e-mail, conforme as orientações previstas no regulamento da consulta. A documentação inclui a minuta da deliberação proposta, a nota técnica que fundamenta a medida e as instruções para participação.

Após o encerramento do período de contribuições, a Arsesp informou que divulgará todas as manifestações recebidas durante a consulta. As sugestões serão analisadas pela equipe técnica e poderão subsidiar ajustes na norma antes de sua aprovação.



Entre os 12 contratos fiscalizados pela área estão concessões de parques